



O jornal do Farmacêutico

# SINDIFARMA

Publicação do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia Setembro de 2018

19

lutas sindicato trabalhadores

contribuição sindical valorização

convenção coletiva #mais respeito

#melhores salários #combate ao

trabalhador assédio

mais moral

forte

jurídico dissídio

coletivo  
anos  
de luta pelo trabalhador.

Em setembro de 2018, o Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia completa 59 anos de existência. São quase seis décadas de luta e fortalecimento da categoria farmacêutica. No ano passado, a entidade enfrentou, assim como toda a classe trabalhadora, as modificações na Consolidação das Leis Trabalhista - com a reforma - que, além de tirar direitos duramente conquistados ao longo dos anos, enfraquece a relação trabalhista e a luta dos sindicatos em defesa do trabalhador, já que houve a extinção (muito contestada, inclusive no meio jurídico) do pagamento da contribuição sindical.

O povo trabalhador brasileiro tem enfrentado duras mudanças políticas e econômicas que trouxeram perdas e preveem mais desgastes nas relações trabalhistas. Mas a luta pelos direitos e valorização dos profissionais não pode parar, especialmente nesse momento de enfraquecimento. As categorias precisam se manter unidas e fortes para poder combater as injustiças às quais os trabalhadores estão mais suscetíveis.

Para os farmacêuticos, felizmente, o mercado anda na contramão de toda essa crise, pois é um dos únicos setores que ainda registra crescimento. Porém, o problema aqui não é de mercado e postos de trabalho, mas da desvalorização do profissional, inclusive, uma das lutas frequentes do sindicato é pelo combate ao assédio moral, que tanto adoce os trabalhadores brasileiros. Essa é também uma luta incessante da entidade, que só atua em favor do farmacêutico.



Caros colegas,

Chegamos ao segundo semestre de 2018 e as perspectivas para o trabalhador brasileiro continuam não sendo boas. A reforma trabalhista, as terceirizações e tantas outras mudanças do atual governo apontam para um país com altos índices de desemprego e de relações trabalhistas mais frágeis e desvalorizadas. As entidades de classe, fundamentais na luta por melhores salários, mais segurança, valorização e respeito pelo trabalho, estão enfraquecendo e isso pode causar uma grande perda para o trabalhador, que fica sem ter uma classe forte para lutar por seus direitos. Hoje, o Sindifarma-Ba reúne esforços para manter sua equipe de diretores e colaboradores que atuam para defender a categoria farmacêutica. Temos, por exemplo, uma direção jurídica de excelente qualidade, sempre atenta, sempre atuante nas causas dos farmacêuticos, são profissionais à disposição da categoria para orientar e lutar por melhores condições de trabalho e salário.



Mas para que todas as ações sejam feitas, sejam fortes, o sindicato precisa da contribuição anual que foi extinta com a reforma. É preciso que cada farmacêutico do estado se conscientize da importância do pagamento do imposto sindical para podermos continuar na luta por melhorias na profissão.

Mesmo com todas essas mudanças, neste ano, conseguimos alcançar muitas vitórias na justiça, entre elas os direitos trabalhistas dos farmacêuticos da rede Sant'Ana, das farmácias São Paulo e Drogasil. Os acordos coletivos, as lutas pelo SUS, o combate ao assédio moral, enfim, são muitas as nossas conquistas. E vamos continuar nessa luta, superar os desafios que nos chegam e iniciar um novo ciclo de vitórias e resistência. Contamos com você, farmacêutico, para caminharmos juntos e fortalecer nossa categoria ainda mais.

MAGNO TEIXEIRA

Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia

## Expediente



Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia  
Fundada em 25 de novembro de 1959

Todas as matérias são de responsabilidade da diretoria: **PRESIDENTE:** MAGNO LUIZ SILVEIRA TEIXEIRA; **VICE-PRESIDENTE:** JOSÉ JORGE SILVA JÚNIOR; **TESOUREIRA:** ELIANA CRISTINA DE SANTANA FIAIS; **SECRETÁRIO:** CLÓVIS DE SANTANA REIS; **SECRETÁRIA DE IMPRENSA:** EDÊNIA SOCORRO ARAÚJO DOS SANTOS; **ASSUNTOS JURÍDICOS:** ELIANE DE ARAUJO SIMÕES; **CULTURA, ESPORTE E LAZER:** MARIA SORAYA PINHEIRO DE AMORIM; **DIRETORES:** SÔNIA MARIA CARVALHO, MILENE SANTOS LIMA SAMPAIO, JEFERSON ARAÚJO DO COUTO, IRINEO WALMOR JÚNIOR, ARIVALDO DE MORAES SANTANA, DANILO FIGUEIRO VIANA VIANA, ARIEL RIOS REZENDE, LUCIANO SALES DE ALMEIDA, THAIS LESSA SANTOS, LORENA SAMPAIO FRANCHI, LUCIANO AUGUSTO MAIA DO NASCIMENTO, ANA PATRÍCIA NOGUEIRA DANTAS, RODRIGO NOVAIS OLIVEIRA, WAGNER CURVELO DE MATOS, EDSON SANTOS DA SILVA, ANDERSON SPINOLA MACÊDO, RONALDO SANTOS, REGINALDO COSME CANDEIAS DA CRUZ; GIBRAN SOLISA EVANGELISTA

Av. Sete de Setembro, 88 - Ed. Barão do Rio Branco - 6º andar - Sala 602 - Relógio de São Pedro - Salvador - Bahia - Cep. 40080-001 - Telefones (0xx71) 3266-0464 / 3266-6043  
[www.sindifarma.org.br](http://www.sindifarma.org.br) e-mail: [sindifarma@sindifarma.org.br](mailto:sindifarma@sindifarma.org.br) [twitter.com/Sindifarma](https://twitter.com/Sindifarma) [Sindifarma-BA](https://www.facebook.com/Sindifarma-BA) [Twitter.com/Sindifarma](https://www.facebook.com/Sindifarma) [@sindifarma](https://www.instagram.com/sindifarma)

Journalista Responsável: Joana Lopo DRT/BA 3873

Editoração Eletrônica: Lucca Duarte

Impressão: Gráfica

Distribuição Gratuita



# Governo do estado reduz salários nos hospitais terceirizados

Nos quatro anos à frente do governo do Estado, Rui Costa inaugurou policlínicas e hospitais, que foram entregues à iniciativa privada, para gestão. Sabe-se que a criação de novos serviços é essencial para ampliar o acesso à saúde, principalmente quando a atenção básica é tão precária. Entretanto, a política implementada por essas “novas gestões” é de redução drástica dos salários praticados por essas mesmas organizações, só que no setor privado.

Os trabalhadores baianos sentem o impacto na negociação de sua mão de obra especializada, os efeitos danosos da terceirização. No caso dos farmacêuticos hospitalares contratados, seja nas análises clínicas, seja na farmácia hospitalar estão recebendo menos que o piso ético arbitrado pelo Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia – Sindifarma, nas convenções coletivas.

Essa forma de contratação não é nova, pelo contrário, a subcontratação era utilizada pelos mercadores-empregadores como forma de controle e subordinação dos trabalhadores independentes, buscando a sua proletarização com a perda de sua independência e de seus direitos de propriedade sobre a produção e o trabalho desde o século XIX.

Nos últimos anos, a terceirização cresceu por meio das parcerias público-privadas, cooperativas, ONGs, as organizações da sociedade civil de



interesse público (Oscips) e as organizações sociais (OSs). Estas últimas são as mais utilizadas na saúde pública, assumindo a gestão dos hospitais, em que há uma cadeia de subcontratação, sendo o principal meio de privatização do serviço.

Agora, com a reforma trabalhista, várias práticas abusivas retornam, o que é de se espantar, já que o governo se intitula progressista, que representa os trabalhadores. Não é admissível que incentive e permita a exploração escancarada, delituosa e vergonhosa dos trabalhadores.

Se a tônica é reduzir custos entende-se contratar trabalhadores também pelo menor salário possível. Em conjunturas de desemprego, como a que estamos vivendo, com aproximadamente

14 milhões de desempregados no país, a terceirização continua crescendo, porém não gera mais empregos conforme diziam os empresários no afã de aprovar a absurda reforma trabalhista. Ao contrário, se os trabalhadores terceirizados trabalham em média três horas a mais do que os demais, ou seja, têm jornadas de trabalho mais longas, o que acontece é a redução do número de postos de trabalho. E mesmo que crie postos de trabalho é ao custo do subemprego.

O salário de um farmacêutico hospitalar, em hospital privado, por exemplo, é de R\$ 4.556,86 + 20% de insalubridade. Mas a mesma OSs que assume a gestão de um hospital quer pagar absurdos R\$ 2.500,00 para o mesmo profissional.

## Fim do SUS: retrocesso na saúde pública e de qualidade no Brasil

Em abril deste ano ocorreu o 1º Fórum Brasil – “Agenda Saúde: a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde”, que ocorreu em Brasília e foi organizado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde, com participação do Ministério da Saúde, de deputados e senadores.

Durante o evento, a proposta de desmantelamento do Sistema Único de Saúde foi apresentada. De acordo com o ex-governador e, atualmente, deputado federal pelo PP de Santa Catarina, Espiridião Amin, a justificativa estaria no fato de o SUS ser “um projeto comunista cristão” (sic). A alternativa, defendida no seminário, é de construir um “Novo Sistema Nacional de Saúde”.

Entre as características do novo sistema, segundo apresentação feita pelo ex-ministro da Saúde no governo Collor e ex-deputado federal pelo DEM, Alcení Guerra, estaria a transferência de recursos do SUS para financiar a Atenção de Alta Complexidade nos planos privados de saúde.

Segundo ele, a meta é de garantir que, pelo me-

nos, metade da população deixe de ser atendida de forma pública, gratuita e universal e passe a ser atendida exclusivamente de forma privada.

Com isso, para os planos privados de saúde haveria o reforço de um duplo financiamento: com recursos dos próprios usuários dos planos e com recursos do Estado. De outro lado, para o SUS, o subfinanciamento, com seus recursos sendo canalizados para empresários da saúde.

Com intuito de garantir seus interesses, propuseram ainda que um Conselho Nacional de Saúde Suplementar passe a ter o mesmo poder do atual Conselho Nacional de Saúde, enfraquecendo, assim, a participação popular na formulação, acompanhamento e controle sobre a política pública.

Na prática, a proposta representa o desmoroamento completo do SUS e a negação da saúde como direito a ser acessado e exercido por todos. A “ousadia” estaria na possibilidade de garantir condições para a apropriação privada do fundo público de modo a atender interesses empresariais e

não a qualquer interesse da população.

Em 2016, em nota técnica do IPEA, ao analisar a emenda constitucional que viria a congelar os investimentos públicos em políticas sociais por 20 anos, já alertava para a necessidade de ampliar o financiamento do SUS sob pena do provável aumento das iniquidades no acesso aos serviços de saúde e das dificuldades para a efetivação do direito à saúde no Brasil

A proposta articulada pelos planos privados de saúde e pelo governo federal, apresentada no evento, busca enterrar de vez qualquer possibilidade de funcionamento do Sistema, avançando a agenda golpista de desmonte de políticas públicas e de retirada de direitos sociais. Mais uma vez, a questão que se coloca, nessa encruzilhada histórica, reflete sobre qual sociedade queremos construir.

O SUS é uma conquista da sociedade brasileira e deve ser defendido. Em defesa da saúde pública, gratuita, universal e de qualidade, é preciso barrar mais essa tentativa de retrocesso!

# XVII FORRÓ DOS FARMACÊUTICOS

A tradição continua!



Mais um ano do nosso tradicional forró! Como sempre, foi um grande sucesso. Neste ano, forrozeamos no Restaurante PósTudo, no Rio Vermelho, com a presença de muitos farmacêuticos. Ano que vem tem mais! E melhor, será o ano em que o Sindifarma completa 60 aninhos de existência! Vamos comemorar e fortalecer nosso sindicato!









# Os impactos da reforma trabalhista no Brasil e na profissão farmacêutica

No mês de julho deste ano, a sanção da Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista, completou um ano. Essa legislação modificou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), retirando direitos conquistados, pela luta dos trabalhadores, desde a década de 40.

Após oito meses de vigência, já são duramente sentidas as consequências da flexibilização das relações de trabalho, do fim de cláusulas que protegiam o trabalhador do abuso do poder econômico e do desmonte dos sindicatos e estruturas do estado que têm a função de defender os trabalhadores.

Um dos primeiros impactos da reforma foi o aumento do desemprego e a redução do número de trabalhadores com carteira assinada. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2018 aumentou 1,3% com relação ao último trimestre de 2017, levando o país a um índice de 13,1% de desemprego, o que representa um total de 13,7 milhões de pessoas sem emprego.

E para os trabalhadores que conseguiram manter seus postos de trabalho, houve um aumento expressivo da informalidade, o que representa a precarização total das relações de trabalho. O número de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado aumentou assombrosos 2,9% no segundo trimestre de 2018 (entre março e maio), na comparação com o trimestre anterior, o que representa que 307 mil pessoas passaram a trabalhar na total informalidade.

A profissão farmacêutica também foi afetada pelo desemprego, mas os principais impactos tem sido a redução da formalidade e a adoção das medidas de flexibilização previstas na Lei. Assim, as entidades recebem relatos de aumento da jornada de trabalho, redução dos horários remunerados de descanso (refeição), e principalmente da aplicação do trabalho intermitente, que representa uma terrível precarização para o trabalhador.

Também já são muitas as notificações de des-

cumprimentos de cláusulas de convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho. Aqui entra um dos aspectos centrais previstos na Reforma Trabalhista para que ela pudesse ser aplicada com êxito pelos patrões: o desmonte das estruturas de proteção do trabalhador: sindicatos, justiça do trabalho e conselhos de classe.

No caso dos sindicatos e da justiça do trabalho o ataque foi direto. Retirou-se dos primeiros os mecanismos de financiamento, que desestruturou completamente entidades e a sua capacidade de ação para proteger o trabalhador.

No caso da justiça do trabalho, criaram-se novas regras que na prática se transformam em obstáculos e desencorajam o trabalhador a buscar reparação diante de abusos cometidos pelo poder econômico. Entre elas a redução da faixa de gratuidade, mesmo o trabalhador que tenha acesso gratuito é responsável pelo pagamento dos honorários periciais e pelas custas processuais, entre outras.

A desestruturação dos sindicatos e as mudanças nas regras, que definem que o negociado prevalece sobre o legislado já estão impactando negativamente no processo de discussão das convenções coletivas e acordos coletivos.

Muitos sindicatos de farmacêuticos, que já tinham uma tradição de fechar convenções e ACT's há alguns anos, passaram a ter dificuldades até para realizar a reunião de negociação com os sindicatos patronais. Muitas das propostas dos patronais, inclusive, têm sido rejeitadas pela categoria, por estarem muito aquém das reivindicações da categoria e por retirarem cláusulas de benefícios e proteções que já eram bastante consolidadas.

Sem acordos, a categoria fica ainda mais fragilizada e à mercê do poder econômico, que visa ampliar a precarização e a desvalorização da profissão farmacêutica. Além disso, a falta de recursos acarreta também na manutenção mínima da estrutura dos sindicatos, o que compromete a sua existência.

Isso se observa na maioria das entidades,

que esta reduzindo o horário de funcionamento, outras já fecharam suas sedes e, infelizmente, também precisaram reduzir seu quadro de funcionários. Neste cenário, é fundamental aumentar a denúncia da reforma trabalhista e ampliar a mobilização da categoria para revogar a Lei 13.467/2017.

É indispensável, também, perseguir a unidade das entidades representativas da categoria farmacêutica em torno de uma agenda de lutas comum, que expresse bandeiras de valorização do trabalho farmacêutico, que impeça a precarização da profissão e que resulte na defesa dos direitos dos farmacêuticos e farmacêuticas. Cada entidade — sindical, associação profissional, de caráter educacional, os conselhos profissionais — tem atribuições próprias e distintas, mas com objetivos comuns, que são a defesa da categoria e da profissão.

A Federação Nacional dos Farmacêuticos - Fenafar, que já vem há alguns anos priorizando a unidade da categoria como forma de alcançar conquistas efetivas, reitera mais uma vez seu compromisso com a união das entidades farmacêuticas, assim como com a união de todos os trabalhadores para enfrentar a onda regressiva que atinge o Brasil.

Vamos criar novos mecanismos para garantir a sobrevivência política dos sindicatos e manter a luta em defesa dos trabalhadores.



\*Ronald Ferreira dos Santos, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

## Estado e município não têm política de valorização dos servidores

### Entrevista com a vereadora Aladilce Souza



Em seu quarto mandato como vereadora de Salvador, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a enfermeira formada pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), servidora pública da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e professora da Escola de Enfermagem da Ufba desde 1992, Aladilce Souza é militante da área da saúde e tem forte relação com o movimento social. Suas principais bandeiras de luta são em defesa dos direitos das mulheres; o enfrentamento ao machismo, ao racismo e à homofobia; e em defesa do SUS e da saúde pública e de qualidade. Também defende a acessibilidade para pessoas com deficiência e transtorno mental e atua diretamente na luta antimanicomial. Além disso, mantém relações com os movimentos sindicais, associações de moradores e diversas organizações sociais. Nesta entrevista, a vereadora fala sobre a situação dos servidores públicos da área de saúde, dos impactos da reforma trabalhista e fim de programas essenciais para a população, como o Farmácia Popular.

**Jornal Sindifarma** - Quais as maiores dificuldades que profissionais e área de saúde sofrem no estado e município?

**Aladilce Souza** - Os profissionais da área de saúde tanto do estado como do município se ressentem muito da falta de uma política de valorização, tanto do ponto de vista salarial - investimento em carreiras e plano de carreira - como também do ponto de vista da educação permanente - em qualificação das suas práticas. Não dá para ter um sistema de qualidade excepcional, como a população merece e tem direito,

se não há um investimento nos profissionais. Sabemos que a saúde é uma área em que tem de se aprimorar sempre, como em tecnologia, no desenvolvimento científico. A área é muito dinâmica e os trabalhadores precisam acompanhar esse processo de desenvolvimento, o processo de avanço das tecnologias na saúde, da ciência. Do ponto de vista científico, principalmente, vemos que os trabalhadores do estado e do município são privados disso. Os trabalhadores enfrentam também muita precariedade dos serviços e na infraestrutura do sistema para desenvolver suas ações. Falta material nas unidades básicas, como os itens necessários para curativo, faltam medicamentos, faltam até os formulários. Os sistemas de saúde e as novidades não são uniformes, não são informatizadas e isso torna difícil dinamizar atendimento. Existe déficit de pessoal em muitas unidades. Os que têm estão sobrecarregados, isso tudo prejudica a assistência a população. Ainda tem os salários, que são baixos na maioria dos casos, o que faz com que esses profissionais tenham que assumir dois empregos, às vezes três para ter uma renda que lhe permita a sobrevivência. São os profissionais de saúde que fazem a assistência à população, então é importante, é fundamental a valorização desses profissionais e os investimentos neles.

“ Assim, o empregador pode negociar diretamente com o trabalhador, sem a presença dos sindicatos. São mudanças muito sérias, que fragilizam o trabalhador e reduzem a proteção ao trabalho. ”

**JS** - Como está a situação - e o que tem sido feito - dos servidores municipais e estaduais? E a dos terceirizados?

**AS** - A situação dos Servidores Públicos é muito crítica. Estamos vivendo um período em que as políticas públicas estão referenciadas no neoliberalismo, que é um processo de redução do tamanho do estado. Isso afeta de maneira muito forte os servidores, com a desvalorização do profissional, a precarização do serviço público, o que leva a uma desvalorização salarial e precarização das condições de trabalho. Recentemente os servidores públicos municipais protagonizaram um movimento muito forte, que foi a greve. É a luta para manter um avanço, a progressão no plano de carreira. O governo por meio do projeto de lei municipal fez uma alteração que dificultou, melhor, quase impossibilitou a progressão. Além disso, a terceirização precarizou os salários, reduzindo-os. Sem contar o atraso do pagamento. Tudo isso vem sendo enfrentado pelos servidores públicos municipais e estaduais. No estado, por exemplo, são quatro anos sem re-

ajuste. Temos na Secretaria de Saúde um contingente grande de servidores que estão com salários arcaicas. Muitos técnicos-administrativos não têm carreira. Há uma terceirização crescente de mão de obra, o que cria uma situação de desigualdade e dificuldade até para a gestão. Além disso, além da precarização dos salários, da falta de cumprimento dos planos de carreira, também não há investimento na qualificação profissional.

**JS** - Como avalia o impacto da reforma trabalhista nos profissionais de saúde?

**AS** - A reforma trabalhista para os profissionais de saúde, da mesma forma que para os outros profissionais, hoje contratados pela CLT, sofrem impactos muito negativos devido a nova legislação. Agora, os contratos poderão ser intermitentes, ou seja, as pessoas vão poder trabalhar e receber menos do que a jornada estabelecida na CLT, que era de 30 horas semanais. A partir da reforma os trabalhadores poderão receber por hora trabalhada. Poderão receber pela quantidade de horas trabalhada e não a remuneração mensal, como ainda temos hoje, integralmente. Tem também outros prejuízos, a exemplo da gestante trabalhar em local insalubre, da precarização do papel da Justiça do Trabalho na defesa dos trabalhadores. Assim, o empregador pode negociar diretamente com o trabalhador, sem a presença dos sindicatos. São mudanças muito sérias, que fragilizam o trabalhador e reduzem a proteção ao trabalho. Essa reforma trabalhista alterou a consolidação da CLT, que era uma conquista histórica dos trabalhadores. É muito preocupante o momento em que a gente vive no país. Todas essas medidas, depois de 2016, quando a presidenta Dilma foi retirada da presidência por meio de um golpe jurídico-parlamentar-midiático destroem os direitos trabalhistas e sociais.

**JS** - O que acha do fim do programa Farmácia Popular e outros benefícios para a população no que se refere ao setor farmacêutico?

**AS** - O fim do Programa Farmácia Popular é uma grande perda para a população. Tínhamos que garantir o direito à assistência farmacêutica e o direito à saúde, que estão consagrados na Constituição e na lei 8080, lei do Sistema Único de Saúde - SUS, que construiu durante esse período um programa de assistência farmacêutica substancial. O país estava avançando com a universalização da atenção à saúde e a farmácia popular está dentro desses benefícios. Com o fim desse programa, que ofertava medicamentos de baixo custo para população, vai trazer um juízo muito grande para população, já que a grande maioria, cerca de 70%, ou mais, depende exclusivamente do SUS, e o gasto das famílias com medicamento é muito alto. Então, a Farmácia Popular entrava nesse rol de benefícios, de direitos sociais que o estado brasileiro oferecia para reduzir as desigualdades sociais. ■

Para garantir benefícios aos farmacêuticos, o Sindifarma-Ba busca fechar convênios e parcerias para oferecer descontos especiais em cursos de aprimoramento profissional, como inglês, espanhol, pós-graduação, planos de saúde, entre outros. É o sindicato sempre trabalhando para valorizar a profissão e o profissional farmacêutico.

## CONVÊNIOS

- **FTC:** descontos e bolsas para pós-graduação em qualquer área
- **IPOG:** descontos em pós-graduação
- **INSTITUTO PESSOA:** descontos em pós-graduação
- **UNIVERSIDADE SALVADOR:** descontos em pós-graduação e graduação
- **AMIL:** plano de saúde – descontos especiais
- **UNIMED Norte/Nordeste:** descontos especiais
- **BRAFESCO SAÚDE:** descontos especiais.

## Sindifarma-Ba É CONTRA graduação em saúde a distância



Contra a disponibilidade de cursos à distância na área da Saúde, o Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia manifesta repúdio contra as faculdades que oferecem formação nesses segmentos de forma não presencial.

O EAD (Ensino Superior a Distância) tem sido muito procurado por estudantes que decidem fazer graduação, especialmente pela flexibilidade de tempo e de preço. Mas quando o assunto é saúde a presença é indispensável.

Não existe ensino de qualidade, humanizado e responsável se for a distância, então **SOMOS CONTRA!**

## Assédio é coisa séria, DENUNCIE!

A categoria farmacêutica do estado da Bahia registra a crescente reclamação dos trabalhadores sobre práticas inadequadas nas relações de trabalho, que podem configurar casos de assédio moral em ambiente de trabalho; situação fortemente combatida pelo sindicato.

Como fator de degradação do ambiente profissional, o assédio moral tem sido cada vez mais debatido e legislado, embora não seja fenômeno recente. Mas o que se vê hoje, com maior estímulo à competitividade e ao individualismo, é que essa prática vem se intensificando.

O Assédio moral deve ser identificado, prevenido e reprimido de imediato. A prevenção e repressão tem o objetivo de preservar a dignidade humana e demais direitos fundamentais do indivíduo, já que as condições e relações de trabalho entre trabalhadores influenciam na qualidade de

vida dos indivíduos e na sua produtividade.

Caso sejam observadas situações como a repetição deliberada de gestos, palavras (orais ou escritas) e/ou comportamentos de natureza psicológica, os quais expõem o(a) empregado(a) ou o(a) estagiário(a) a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-los(as) das suas funções ou de deteriorar o ambiente de trabalho é preciso denunciar.

Acredita-se que a alta direção e o setor de recursos humanos não se inteirem de tais práticas, como deveriam, por que as corporações atualmente sabem dos riscos para imagem institucional, para a produtividade, para o aumento das doenças profissionais, para acidentes de trabalho e a judicialização como perda financeira, que permeia

a instituição em casos de assédio moral.

Assim, os farmacêuticos no exercício profissional têm suas atribuições definidas na lei 13.021/2014 e nos decreto 85.878, de 07/04/1981, que devem ser cumpridas.

Para as empresas, a sugestão é de que sejam adotadas medidas saneadoras das denúncias recebidas a fim de definir claramente, na contratação, as atribuições e as condições de trabalho que não infriam a lei, e ainda introduza em seu código de ética medidas de prevenção do assédio moral.

### Veja alguns relatos recebidos pelo Sindifarma:

*"...desvio de função (Operadores de caixa, conferentes, repositores e muitas vezes faxineiros)..."*

*"É inadmissível que tenhamos que sofrer punições de advertência e suspensão de nossas*



atividades quando o objetivo do Departamento Comercial não é atingido. É uma situação humilhante perante nossos colegas associados.”

“A corporativa “ITEM A MAIS”... nem sempre é possível alcançar os resultados propostos pela empresa. Mas a empresa pune de tal maneira que muitas vezes compramos os produtos para evitar a humilhação.”

“Não podemos montar uma ação para batermos metas de medicamentos conforme orientado por e-mail, quando os medicamentos não estão adequados ao perfil do consumidor ou isso possa trazer algum risco a saúde do mesmo.”

“Recebemos e-mail do supervisor às 4:00 da madrugada.”

“Somos obrigados a fazer uma cesta de produtos e oferecer no supermercado para clientes em fila.”

“O estímulo a automedicação de medicamentos de prescrição ou não, deve ser denunciado a Vigilância Sanitária.”

“O supervisor chamou minha colega de lerdá.”

“Estamos vivendo sobre tortura psicológica e ameaças o tempo todo.”



Farmacêutico,  
**DENUNCIE** casos de  
**ASSÉDIO MORAL**  
no trabalho.

Só podemos combater esse problema com a sua ajuda.

Envie e-mail com sua denúncia para: [denuncieassedio@sindifarma.org.br](mailto:denuncieassedio@sindifarma.org.br)



## Em outubro, escolha seus candidatos com consciência

O Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia - Sindifarma é uma entidade de classe, que também é comprometida com os anseios da população brasileira. Hoje, o país sofre com uma crise política sem precedentes. São muitos desempregados, desesperança, precariedade dos serviços de saúde, legislativo chantagista, políticos aliados ao empresariado inescrupuloso, que só defende a lucratividade acima das pessoas, desarticulação do SUS e ataques à soberania nacional, entre outros problemas.

Com essa realidade, os farmacêuticos convivem diariamente com a falta de distribuição de medicamentos, pois, conhecedores da contumaz dificuldade dos usuários do sistema quanto ao cumprimento do tratamento proposto e o descaso com a vida das pessoas, não apenas sobre governo federal, mas em nível estadual e municipal.

O que se vê é o governo do estado terceirizando os serviços de saúde e, assim, torna mais precário o trabalho. No campo da comercialização de medicamentos existem farmácias privadas burlando a legislação com venda de medica-

mentos vencidos, “empurroterapia” e ausência de farmacêutico.

Por isso, entende-se que esta é a hora de comprometer aqueles que prometem uma nação melhor. É hora de analisar as propostas e ideias sobre a condução dos governos. As propostas devem sempre se basear nas políticas discutidas durante as conferências de saúde e nas

referências da Organização de Mundial de Saúde.

É preciso eleger governos que utilizem os impostos para melhorar a vida de todos, que eles se comprometam a oferecer serviços de saúde universais e de qualidade, para todos. É preciso gestores públicos com projetos inclusivos, laicos, sem preceito de qualquer natureza.

Assim, na saúde, o sindicato elabora dez prioridades que a nova gestão deve ter:

- 1- Reestabelecer o diálogo político e não de troca-troca nas relações com o legislativo;
- 2- Investir no SUS para garantir a disponibilidade de medicamentos e insumos para a saúde;
- 3- Garantir o financiamento da seguridade social a fim de realizara reforma da previdência garantindo os direitos previstos da Constituição de 88;
- 4- Regular através do Ministério da Educação a criação de cursos privilegiando os interesses da educação e não do empresariado;
- 5- Fortalecer as Agencias reguladores abolindo as intervenções políticas e privilegiando a administração técnica.

